

À  
Comissão Especial do Concurso Público da  
Prefeitura Municipal de Abaeté  
NESTA

**Ref.:** Recursos Administrativos contra a **Realização das Provas** e/ou **Questão da Prova Objetiva de Múltipla Escolha** e/ou divulgação do **Gabarito da Prova Objetiva de Múltipla Escolha (Gabarito Provisório)** – Prefeitura Municipal de Abaeté – Concurso Público – Edital nº 01/2018.

## DOS RECURSOS

Foram protocolados/enviados, TEMPESTIVAMENTE, recursos, conforme resumo a seguir:

PROVA		
Nº	TIPO	Nº DA QUESTÃO
01	PORTUGUÊS	08
03	PORTUGUÊS	06, 07, 08
04	MATEMÁTICA	18
06	MATEMÁTICA	11, 13, 19, 20
07	CONHECIMENTOS GERAIS	30
09	CONHECIMENTOS GERAIS	25, 28
10	CONHECIMENTOS GERAIS	18
15	NOÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA	21, 23, 25, 26, 28
21	ESPECÍFICA (CONTADOR)	32, 33, 35, 38
22	ESPECÍFICA (ENFERMEIRO)	39
33	ESPECÍFICA (TÉCNICO EM RAIOS X)	40

## CONSIDERAÇÕES

Preliminarmente, o Edital do Concurso Público fez menção expressa de quais os fatos a ensejar a interposição de recurso:

### XII – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

1. Serão admitidos recursos contra os seguintes eventos:

- a) *Publicação do Edital (e suas retificações);*
- b) *indeferimento do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição;*
- c) *inscrições (erro na grafia do nome; omissão do nome; erro no nº de inscrição; erro no nº da identidade; erro na nomenclatura do cargo; indeferimento de inscrição);*
- d) *local, sala, data e horário de prova (erro no local e/ou sala; erro na data e/ou horário);*
- e) *realização das provas;*
- f) *questão da Prova Objetiva de Múltipla Escolha (desde que demonstrado erro material);*
- g) *gabarito da Prova Objetiva de Múltipla Escolha (erro na resposta divulgada);*
- h) *resultado (erro na pontuação e/ou classificação);*
- i) *qualquer outra decisão proferida no certame.*

...

5. *Será indeferido liminarmente o pedido de recurso fora de contexto ou não fundamentado ou que não apresentar argumentação lógica e consistente ou ainda aquele a que se der entrada fora dos prazos estabelecidos.*

NOSSO PARECER

**PROVA DE PORTUGUÊS Nº 01, QUESTÃO 08. RECURSO INDEFERIDO.** A resposta correta é realmente a alternativa B. Nela, há oxítonas terminadas em o, por isso são acentuadas.

Na alternativa A há palavras proparoxítonas.  
Na alternativa C há palavras paroxítonas.  
Na alternativa D há monossílabos tônicos.

**PROVA DE PORTUGUÊS Nº 03, QUESTÃO 06. RECURSO INDEFERIDO.** Como o próprio candidato afirma o vocábulo agrário é o sinônimo da palavra fundiário e deveria estar flexionado no feminino, contendo um erro ortográfico primário ou erro de impressão. Porém observando o enunciado a ordem é relacionar o vocábulo ao sinônimo, isto não quer dizer que é necessário substituí-lo na frase, o que realmente inviabilizaria a resposta por não estar flexionado no feminino. Ainda deve ser feito a análise sobre o significado dele além dos outros vocábulos que não possuem outra resposta a não ser a alternativa D.

O conteúdo programático diz “Semântica: a significação das palavras no texto; Interpretação de texto.” Sinônimo, antônimo e outros pertencem a Semântica, contemplando a questão.

Fonologia: conceito, encontros vocálicos, dígrafos, ortoépica, divisão silábica, prosódia, acentuação e ortografia;  
Morfologia: estrutura e formação das palavras, classes de palavras; Sintaxe: termos da oração, período composto, conceito e classificação das orações, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal, crase e pontuação;  
Semântica: a significação das palavras no texto; Interpretação de texto.

**Sugestão Bibliográfica:** BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da língua portuguesa. 2.ed. ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. CIPRO Neto, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da língua portuguesa. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2008. FIORIN, José Luiz; PLATÃO SAVIOLI, Francisco. Lições de textos: leitura e redação. 5 ed. São Paulo: Ática, 2006. ROCHA LIMA, Carlos Henrique. Gramática normativa da língua portuguesa. 50. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A coesão textual. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2003. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e coerência. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Outras publicações que abrangem o programa proposto.

III – SEMÂNTICA	
<b>SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS .....</b>	<b>310</b>
1. SINÔNIMOS .....	310
2. ANTÔNIMOS .....	310
<b>SUMÁRIO 11</b>	
3. HOMÔNIMOS .....	311
4. PARÔNIMOS .....	312
5. POLISSEMIA .....	312
6. SENTIDO PRÓPRIO E SENTIDO FIGURADO .....	313
7. DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO .....	313
EXERCÍCIOS – LISTA 35 .....	313
IV – SINTAXE	
<b>ANÁLISE SINTÁTICA .....</b>	<b>319</b>
1. NOÇÕES PRELIMINARES .....	319
2. FRASE .....	319
3. ORAÇÃO .....	321
4. NÚCLEO DE UM TERMO .....	322
5. PERÍODO .....	322
EXERCÍCIOS – LISTA 36 .....	323

**Fonte:** *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa-Domingos Paschoal Cegalla- Companhia Editora Nacional- pág.10 e 11.*

**PROVA DE PORTUGUÊS Nº 03, QUESTÃO 07. RECURSO INDEFERIDO.** O conteúdo programático diz “Semântica: a significação das palavras no texto; Interpretação de texto.” Sinônimo, antônimo e outros pertencem a Semântica, contemplando a questão. A questão 07 não diz respeito ao conteúdo “Sinônimo”. Refere-se a Adjetivo e faz parte das Classes de Palavras também contemplada no Edital.

Fonologia: conceito, encontros vocálicos, dígrafos, ortoépica, divisão silábica, prosódia, acentuação e ortografia;  
Morfologia: estrutura e formação das palavras, classes de palavras; Sintaxe: termos da oração, período composto, conceito e classificação das orações, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal, crase e pontuação;  
Semântica: a significação das palavras no texto; Interpretação de texto.

**Sugestão Bibliográfica:** BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da língua portuguesa. 2.ed. ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. CIPRO Neto, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da língua portuguesa. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2008. FIORIN, José Luiz; PLATÃO SAVIOLI, Francisco. Lições de textos: leitura e redação. 5 ed. São Paulo: Ática, 2006. ROCHA LIMA, Carlos Henrique. Gramática normativa da língua portuguesa. 50. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A coesão textual. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2003. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e coerência. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Outras publicações que abrangem o programa proposto.

III – SEMÂNTICA	
<b>SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS .....</b>	<b>310</b>
1. SINÔNIMOS .....	310
2. ANTÔNIMOS .....	310
<b>SUMÁRIO 11</b>	
3. HOMÔNIMOS .....	311
4. PARÔNIMOS .....	312
5. POLISSEMIA .....	312
6. SENTIDO PRÓPRIO E SENTIDO FIGURADO .....	313
7. DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO .....	313
EXERCÍCIOS – LISTA 35 .....	313
IV – SINTAXE	
<b>ANÁLISE SINTÁTICA .....</b>	<b>319</b>
1. NOÇÕES PRELIMINARES .....	319
2. FRASE .....	319
3. ORAÇÃO .....	321
4. NÚCLEO DE UM TERMO .....	322
5. PERÍODO .....	322
EXERCÍCIOS – LISTA 36 .....	323

**Fonte:** *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa-Domingos Paschoal Cegalla- Companhia Editora Nacional- pág.10 e 11.*

**PROVA DE PORTUGUÊS Nº 03, QUESTÃO 08. RECURSO INDEFERIDO.** O erro ortográfico ou de impressão não inviabiliza o entendimento da questão e muito menos a resposta correta. O conteúdo programático diz “Semântica: a significação das palavras no texto; Interpretação de texto.” Sinônimo, antônimo e outros pertencem a Semântica, contemplando a questão.



Fonologia: conceito, encontros vocálicos, dígrafos, ortoépica, divisão silábica, prosódia, acentuação e ortografia; Morfologia: estrutura e formação das palavras, classes de palavras; Sintaxe: termos da oração, período composto, conceito e classificação das orações, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal, crase e pontuação; Semântica: a significação das palavras no texto; Interpretação de texto.

**Sugestão Bibliográfica:** BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da língua portuguesa. 2.ed. ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010. CIPRO Neto, Pasquale; INFANTE, Ulisses. Gramática da língua portuguesa. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2008. FIORIN, José Luiz; PLATÃO SAVIOLI, Francisco. Lições de textos: leitura e redação. 5 ed. São Paulo: Ática, 2006. ROCHA LIMA, Carlos Henrique. Gramática normativa da língua portuguesa. 50. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A coesão textual. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2003. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e coerência. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Outras publicações que abrangem o programa proposto.

III – SEMÂNTICA	
<b>SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS .....</b>	<b>310</b>
1. SINÔNIMOS .....	310
2. ANTÔNIMOS .....	310
SUMÁRIO 11	
3. HOMÔNIMOS .....	311
4. PARÔNIMOS .....	312
5. POLISSEMIA .....	312
6. SENTIDO PRÓPRIO E SENTIDO FIGURADO .....	313
7. DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO .....	313
EXERCÍCIOS – LISTA 35 .....	313
IV – SINTAXE	
<b>ANÁLISE SINTÁTICA .....</b>	<b>319</b>
1. NOÇÕES PRELIMINARES .....	319
2. FRASE .....	319
3. ORAÇÃO .....	321
4. NÚCLEO DE UM TERMO .....	322
5. PERÍODO .....	322
EXERCÍCIOS – LISTA 36 .....	323

**Fonte:** *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa-Domingos Paschoal Cegalla- Companhia Editora Nacional- pág.10 e 11.*

**PROVA DE MATEMÁTICA Nº 04, QUESTÃO 18. RECURSO INDEFERIDO.** De acordo com os critérios de conversão de unidades:

125,8 cm correspondem a 0,1258 dam.

**PROVA DE MATEMÁTICA Nº 06, QUESTÃO 11. RECURSO DEFERIDO. A QUESTÃO ESTÁ ANULADA.** A referida questão não apresenta a opção correta de resposta.

1ª situação)  $5 \times 4 \times 3 = 60$  possibilidades diferentes

2ª situação )  $6 \times 4 \times 3 = 72$  possibilidades diferentes

Diferença entre a primeira situação com a segunda situação =  $72 - 60 = 12$

**PROVA DE MATEMÁTICA Nº 06, QUESTÃO 13. RECURSO DEFERIDO. A QUESTÃO ESTÁ ANULADA.** Ao efetuar a divisão de  $P(x)$  por  $Q(x)$ , encontra-se como resultado o polinômio  $2x^2 + 2x + 2$ . Sendo assim, a soma dos coeficientes desse polinômio  $Q(x)$  será:  $2 + 2 + 2 = 6$ .

Como não consta alternativa correta para a questão, à mesma está anulada.

**PROVA DE MATEMÁTICA Nº 06, QUESTÃO 19. RECURSO DEFERIDO. ALTERAR RESPOSTA PARA ALTERNATIVA C.** Ao efetuar o cálculo das combinações, teremos:

$$\frac{C_{7,3}}{C_{4,3}} = \frac{35}{4}$$

Como nesta fração o numerador é maior que o denominador, esta fração é classificada como imprópria, portanto a aletrantiva correta é a letra C.

**PROVA DE MATEMÁTICA Nº 06, QUESTÃO 20. RECURSO INDEFERIDO.** Raio da base do cone: 6 cm

Altura do cone:  $\frac{2}{3}$  de 6 cm = 4 cm

Fórmula do volume do cone:  $V = \frac{\pi \cdot r^2 \cdot h}{3}$

Aplicando a fórmula, teremos:

$$V = \frac{\pi \cdot 6^2 \cdot 4}{3}$$

$$V = 48 \pi \text{ cm}^3$$

**PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS Nº 07, QUESTÃO 30. RECURSO DEFERIDO. A QUESTÃO ESTÁ ANULADA.** As alternativas “A” e “D” da presente questão apresentam a mesma redação, não possibilitando apreciação e avaliação da temática abordada, não satisfazendo também as condições do item 1.1.2, a saber:

“Cada questão da prova objetiva de múltipla escolha comporta apenas uma resposta correta dentre 04 (quatro) alternativas oferecidas (A, B, C ou D).”

Referencia:

Editais de abertura de Concurso Público nº 01/2018. PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETÉ ESTADO DE MINAS GERAIS.

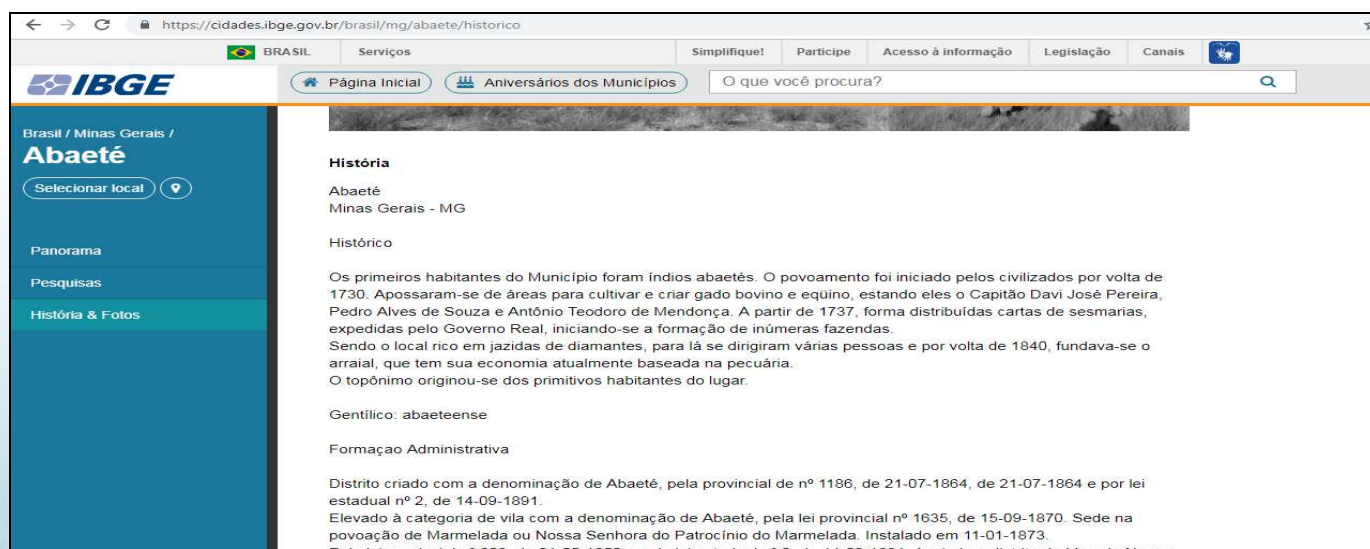
Disponível em:

<https://concursos.exameconsultores.com.br/uploads/140/concursos/364/anexos/255f3902860533a8771ec06b81dd78dd.pdf>

**PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS Nº 09, QUESTÃO 25. RECURSO DEFERIDO. A QUESTÃO ESTÁ ANULADA.** Houve um equívoco ao definir as alternativas da questão. De fato a cidade de Nova Lima, infelizmente, na história nacional, já registrou desastre com rejeitos de minério.

Sendo assim, a questão está anulada.

**PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS Nº 09, QUESTÃO 28. RECURSO INDEFERIDO.**



The screenshot shows the IBGE website interface. The browser address bar displays "https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/abaete/historico". The page title is "Abaeté" and the breadcrumb is "Brasil / Minas Gerais / Abaeté". The main content area is titled "História" and contains the following text:

**História**  
Abaeté  
Minas Gerais - MG

**Histórico**

Os primeiros habitantes do Município foram índios abaetês. O povoamento foi iniciado pelos civilizados por volta de 1730. Apossaram-se de áreas para cultivar e criar gado bovino e equino, estando eles o Capitão Davi José Pereira, Pedro Alves de Souza e Antônio Teodoro de Mendonça. A partir de 1737, forma distribuídas cartas de sesmarias, expedidas pelo Governo Real, iniciando-se a formação de inúmeras fazendas.

Sendo o local rico em jazidas de diamantes, para lá se dirigiram várias pessoas e por volta de 1840, fundava-se o arraial, que tem sua economia atualmente baseada na pecuária.

O topônimo originou-se dos primitivos habitantes do lugar.

Gentílico: abaeteense

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Abaeté, pela provincial de nº 1186, de 21-07-1864, de 21-07-1864 e por lei estadual nº 2, de 14-09-1891.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Abaeté, pela lei provincial nº 1635, de 15-09-1870. Sede na povoação de Marmelada ou Nossa Senhora do Patrocínio do Marmelada. Instalado em 11-01-1873.

Pela lei provincial nº 603, de 21-05-1852 e pela lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Morada Nova e

A imagem acima é o acesso da página do IBGE que consta no Edital.

A questão reclamada é:

*Considere as afirmativas retiradas do site do IBGE em 06/03 de 2019.*

- I. O gentílico usado para quem nasce em Abaeté é abateense.
- II. Os primeiros habitantes do município foram índios abaetés.
- III. A partir de 1737, forma distribuídas cartas de sesmarias, expedidas pelo Governo Real, iniciando-se a formação de inúmeras fazendas.
- IV. Sendo o local rico em jazidas de diamantes, para lá se dirigiram várias pessoas e por volta de 1840, fundava-se o arraial, que tem sua economia atualmente baseada na pecuária.

Quantas afirmativas são verdadeiras?

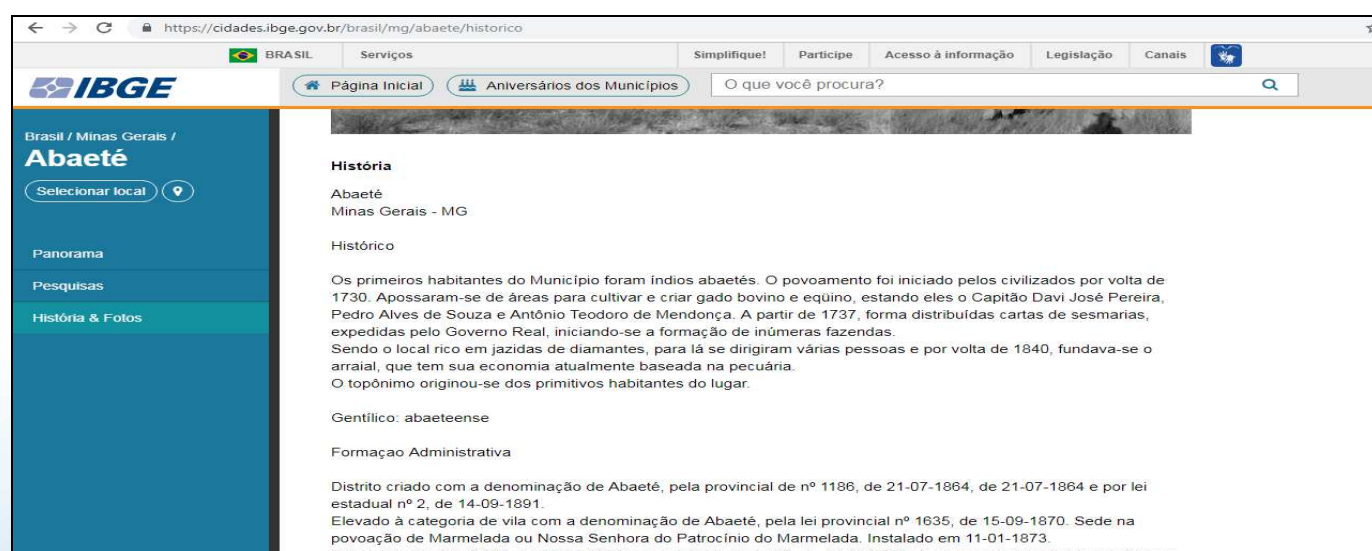
- (A) Apenas uma.
- (B) Apenas duas.
- (C) Apenas três.
- (D) As quatro afirmativas.

Segundo a fonte, respectivamente no histórico, os primeiros habitantes foram índios abaetés; A partir de 1737, forma distribuídas cartas de sesmarias, expedidas pelo Governo Real, iniciando-se a formação de inúmeras fazendas; Sendo o local rico em jazidas de diamantes, para lá se dirigiram várias pessoas e por volta de 1840, fundava-se o arraial, que tem sua economia atualmente baseada na pecuária; e o gentílico é “abateense”, com dois “és”.

Sobre ter sido usado um substantivo determinado na afirmativa IV, não há que se considerar, pois, pragmaticamente nota-se a cidade tema da questão, visto que todas as afirmativas, dentre as duas primeiras, versam claramente sobre a semântica de “Abaeté”. Caso o elaborador cobrasse essa informação sendo referida a qualquer outra cidade, caberia recurso por indução ao erro.

Conforme exposto acima, não há que se anular a questão, tendo à mesma todas as afirmativas corretas, reafirmando a alternativa “D”.

## **PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS Nº 10, QUESTÃO 18. RECURSO INDEFERIDO.**



BRASIL Serviços Simplifique! Participe Acesso à informação Legislação Canais

IBGE

Página Inicial Aniversários dos Municípios O que você procura?

Brasil / Minas Gerais / **Abaeté**

Selecionar local

Panorama

Pesquisas

História & Fotos

**História**

Abaeté  
Minas Gerais - MG

Histórico

Os primeiros habitantes do Município foram índios abaetés. O povoamento foi iniciado pelos civilizados por volta de 1730. Apossaram-se de áreas para cultivar e criar gado bovino e equino, estando eles o Capitão Davi José Pereira, Pedro Alves de Souza e Antônio Teodoro de Mendonça. A partir de 1737, forma distribuídas cartas de sesmarias, expedidas pelo Governo Real, iniciando-se a formação de inúmeras fazendas.

Sendo o local rico em jazidas de diamantes, para lá se dirigiram várias pessoas e por volta de 1840, fundava-se o arraial, que tem sua economia atualmente baseada na pecuária.

O topônimo originou-se dos primitivos habitantes do lugar.

Gentílico: abateense

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Abaeté, pela provincial de nº 1186, de 21-07-1864, de 21-07-1864 e por lei estadual nº 2, de 14-09-1891.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Abaeté, pela lei provincial nº 1635, de 15-09-1870. Sede na povoação de Marmelada ou Nossa Senhora do Patrocínio do Marmelada. Instalado em 11-01-1873.

Pela lei provincial nº 602, de 21-05-1852 e pela lei estadual nº 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Morada Nova e

A imagem acima é o acesso da página do IBGE que consta no Edital.

A questão reclamada é:

*Considere as afirmativas retiradas do site do IBGE em 06/03 de 2019.*



- V. O gentílico usado para quem nasce em Abaeté é abaeteense.  
VI. Os primeiros habitantes do município foram índios abaetés.  
VII. A partir de 1737, forma distribuídas cartas de sesmarias, expedidas pelo Governo Real, iniciando-se a formação de inúmeras fazendas.  
VIII. Sendo o local rico em jazidas de diamantes, para lá se dirigiram várias pessoas e por volta de 1840, fundava-se o arraial, que tem sua economia atualmente baseada na pecuária.

Quantas afirmativas são verdadeiras?

- (A) Apenas uma.  
(B) Apenas duas.  
(C) Apenas três.  
(D) As quatro afirmativas.

Segundo a fonte, respectivamente no histórico, os primeiros habitantes foram índios abaetés; A partir de 1737, forma distribuídas cartas de sesmarias, expedidas pelo Governo Real, iniciando-se a formação de inúmeras fazendas; Sendo o local rico em jazidas de diamantes, para lá se dirigiram várias pessoas e por volta de 1840, fundava-se o arraial, que tem sua economia atualmente baseada na pecuária; e o gentílico é “abaeteense”, com dois “és”.

Sobre ter sido usado um substantivo determinado na afirmativa IV, não há que se considerar, pois, pragmaticamente nota-se a cidade tema da questão, visto que todas as afirmativas, dentre as duas primeiras, versam claramente sobre a semântica de “Abaeté”. Caso o elaborador cobrasse essa informação sendo referida a qualquer outra cidade, caberia recurso por indução ao erro.

Conforme exposto acima, não há que se anular a questão, tendo à mesma todas as afirmativas corretas, reafirmando a alternativa “D”.

**PROVA DE NOÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA Nº 15, QUESTÃO 21. RECURSO INDEFERIDO.** A Lista de notificação compulsória é um instrumento do Sistema Nacional de Agravos de Notificação e a Portaria Nº 204/2016 é apenas um de seus anexos, de forma que esta portaria sozinha não permite um entendimento completo das diretrizes deste sistema. E sim, os municípios, assim como os estados, possuem autonomia para inserir em sua lista de prioridades, agravos de interesses locais não contemplados pela legislação nacional. Esta autonomia, inclusive, está entre as principais diretrizes do SUS e não somente do SINAN. Gentileza consultar: <http://portalsinan.saude.gov.br/> e <http://portalsms.saude.gov.br/vigilancia-em-saude/lista-nacional-de-notificacao-compulsoria>

**PROVA DE NOÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA Nº 15, QUESTÃO 23. RECURSO INDEFERIDO.** Da forma como os recursos foram enviados, foi possível inferir que os candidatos querem dizer que a Política Nacional de Urgência e Emergência existe. No entanto, o enunciado da questão em nenhum momento afirma que a Política Nacional de Urgências e Emergência não existe, a alternativa é considerada incorreta, pois esta política não faz parte ou está diretamente relacionada à Política Nacional de Promoção à Saúde. Está mais voltada para as ações assistenciais. “Somente” por esse motivo.

**PROVA DE NOÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA Nº 15, QUESTÃO 25. RECURSO DEFERIDO. ALTERAR RESPOSTA PARA ALTERNATIVA D.** Quando tomamos todo o enunciado “modelo de gestão participativa centrado no trabalho em equipe e na construção coletiva, onde quem planeja também executa”, percebe-se que a definição de conselho gestor foca no profissional de saúde e no planejamento de suas ações para os usuários do SUS. O conselho estadual de Saúde tem atribuições mais amplas, de contribuir para a execução de toda a política estadual de saúde. No CES somente ¼ de seus membros são quem executa as ações planejadas, considerando que 50% da composição são de usuários. As atribuições dos conselhos gestores das unidades de saúde e estadual de saúde são excludentes, de forma que se uma está correta, a outra estaria errada, especialmente no que tange ao âmbito de atuação (municipal x estadual). No entanto, faltou um melhor detalhamento do enunciado, de forma a explicitar que o conselho gestor a que estava sendo referido era o que preconiza a Política Nacional de Humanização. Isso não estando claro, o candidato tem razão no seu argumento, pois o conselho estadual de saúde também se encaixa na definição de conselho gestor.

Referências:

O Conselho Estadual de Saúde ([http://ces.saude.mg.gov.br/?page\\_id=61](http://ces.saude.mg.gov.br/?page_id=61)) atua na formulação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros. Também são suas atribuições:

- Contribuir para a organização do Sistema Único de Saúde (SUS);
- Recomendar a adoção de critérios que garantam qualidade na prestação de serviços de saúde;
- Definir estratégias e mecanismos de coordenação do SUS, em consonância com os órgãos colegiados;
- Traçar diretrizes para elaboração do Plano Estadual de Saúde;
- Examinar e encaminhar propostas, denúncias e queixas;
- Emitir pareceres em consultas;
- Acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento de ações e serviços de saúde;
- Propor a convocação da Conferência Estadual de Saúde e constituir sua Comissão Organizadora;
- Propor critérios para definição de padrões e parâmetros de atenção à saúde.

Para garantir a participação de todos os segmentos da sociedade na elaboração e acompanhamento das políticas públicas, o Conselho de Saúde deve ser composto paritariamente: 50% representantes de usuários/os, 25% trabalhadoras/es de saúde e 25% gestoras/es e prestadoras/es de serviço do SUS.

**PROVA DE NOÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA Nº 15, QUESTÃO 26. RECURSO INDEFERIDO.** A Política Nacional de Atenção Básica é conteúdo do edital de saúde pública antes de ser da enfermagem. O candidato deve entender que esse conteúdo é muito amplo para se restringir a uma profissão somente. E vai coincidir com muitos outros editais voltados para o SUS, além do de Enfermagem, com o de Nutrição, Psicólogo, educador físico, médico, fonoaudiólogo, farmacêutico e todas as profissões que podem atuar no SUS.

**PROVA DE NOÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA Nº 15, QUESTÃO 28. RECURSO DEFERIDO. A QUESTÃO ESTÁ ANULADA.** Houve um equívoco ao definir as alternativas da questão. De fato a mesma possui duas respostas corretas, devendo então a questão ser anulada.

**PROVA ESPECÍFICA Nº 21 – CONTADOR, QUESTÃO 32. RECURSO DEFERIDO. A QUESTÃO ESTÁ ANULADA.** Na alternativa (A) havia uma expectativa de que o candidato realizasse uma inferência ao texto, pois normalmente em uma demonstração de resultado do exercício (DRE), as receitas são demonstradas com números sem parênteses, ou seja, (Credor) e os custos e despesas são demonstrados entre parênteses, ou seja, (Devedor).

Assim com a soma algébrica destas rubricas, apura-se o lucro, sem parênteses (Credor) ou prejuízo líquido do exercício entre parênteses (Devedor).

Entretanto revisando a redação da alternativa (A) tal fato, poderia dar margem à dúvida interpretação, como foi o caso da interpretação do candidato, sendo assim, a questão está anulada.

**PROVA ESPECÍFICA Nº 21 – CONTADOR, QUESTÃO 33. RECURSO DEFERIDO. A QUESTÃO ESTÁ ANULADA.** Realizando uma revisão na redação, com base no questionamento do candidato, realmente existiu um equívoco na redação da alternativa B.

Os títulos de crédito e os instrumentos financeiros devem ser avaliados a valor de mercado e caso aplicável, deve-se constituir provisão para perda.

**PROVA ESPECÍFICA Nº 21 – CONTADOR, QUESTÃO 35. RECURSO DEFERIDO. ALTERAR RESPOSTA PARA ALTERNATIVA A.** Houve um equívoco quanto à definição da alternativa correta da questão. De fato a resposta é a letra A, e Não B como divulgado anteriormente.

**PROVA ESPECÍFICA Nº 21 – CONTADOR, QUESTÃO 38. RECURSO INDEFERIDO.** Na alternativa A – a dfc não evidência apenas as entradas e saídas de recursos relativas às atividades operacionais da entidade, pois é a demonstração financeira mais rica de informações para a realização de uma análise financeira de desempenho de uma entidade, neste caso da dfc demonstram entre outras as atividades a de investimento, financiamento, muito



importante para análise financeira das empresas, sendo a demonstração de fluxo de caixa pelo método direto a mais indicada para esta análise financeira e pouco utilizada por diretores financeiros/gestores no mercado de empresas de médio e pequeno porte.

Na alternativa D – em diversos bons livros de consagrados autores da área contábil, é muito comum a utilização das siglas dfc- demonstração do fluxo de caixa e da sigla ccl – capital circulante líquido, inclusive nas capas e índices dos respectivos livros.

Alternativa correta letra C.

A demonstração do fluxo de caixa (dfc) indica quais foram as saídas e entradas de dinheiro no caixa durante o período e o resultado desse fluxo.

Assim como a demonstração de resultados de exercícios, a dfc é uma demonstração dinâmica e deve ser incluída no balanço patrimonial.

A dfc passou a ser de apresentação obrigatória para todas as sociedades de capital aberto ou com patrimônio líquido superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

**PROVA ESPECÍFICA Nº 22 – ENFERMEIRO, QUESTÃO 39. RECURSO INDEFERIDO.** O erro ortográfico não interfere no entendimento e análise das alternativas para resposta do questionamento da questão, que se refere ao desbridamento autolítico.

**PROVA ESPECÍFICA Nº 33 – TÉCNICO EM RAIOS X, QUESTÃO 40. RECURSO INDEFERIDO.** O princípio ALARA (As Low As Reasonable Achievable), em tradução livre: tão baixo quanto razoavelmente executável, onde se tem o objetivo de minimizar as doses em pacientes e trabalhadores. O princípio ALARA é usado como base para orientar todas as etapas do uso médico/odontológico de radiação, os projetos de instalações dos equipamentos e os procedimentos de proteção. Sendo assim, assemelha-se fielmente ao princípio de otimização descrito no Capítulo 2 da Portaria 453 do Ministério da Saúde.

Vale salientar ainda o parágrafo 9 do referido Capítulo, onde diz: “*As exposições médicas de pacientes devem ser otimizadas ao valor mínimo necessário para obtenção do objetivo radiológico (diagnóstico e terapêutico), compatível com os padrões aceitáveis de qualidade de imagem.[...]*” deixando claro sua atribuição e ligação entre o conceito de ALARA e o princípio de otimização

É o nosso parecer, S.M.J.,

Atenciosamente,

**Exame Auditores & Consultores Ltda - EPP.**

Setor de Concursos